



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Insira Aqui o Eixo correspondente ao seu trabalho)

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

Levantamento de dissertações sobre a temática comunidades quilombolas nas bases de dados da CAPES, Banco de dissertações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, IBICT e Scielo.

Marli de Freitas Mendes ¹
Danuta Estrufika Cantóia Luiz²

Resumo: O trabalho teve como objetivo identificar as produções científicas acadêmicas com a temática comunidades quilombolas, sendo a metodologia utilizada a pesquisa exploratória e bibliográfica. Os trabalhos identificados tiveram como metodologia de pesquisa qualitativa e bibliográfica documental. Enquanto principais assuntos discutidos nos trabalhos, encontraram-se: a falta de regularização e titulação das terras quilombolas; análise das relações interpessoais dentro das comunidades quilombolas; descrição e discussão dos programas elaborados pelo Estado com o objetivo do atendimento das demandas das comunidades quilombolas. A relevância em dar continuidade e explorar essa área de pesquisa mostra-se urgente e necessária, considerando o momento político vivenciado pelo Brasil.

Palavras-chave: comunidades quilombolas – políticas públicas – sociedade brasileira

Abstract: The objective of this study was to identify academic scientific productions with the theme of quilombola communities, and the methodology used was exploratory and bibliographical research. The papers cited were qualitative and bibliographical documentary research methodology. While main subjects discussed in the works, they were: the lack of regularization and titling of the quilombola lands; analysis of interpersonal relations within quilombola communities; description and discussion of the programs elaborated by the State with the objective of meeting the demands of the quilombola communities. The relevance of continuing and exploring this area of research is urgent and necessary, considering the political moment experienced by Brazil.

Keywords: quilombola community – public policy – brazilian society

¹ Assistente Social, mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mahfmendes@yahoo.com.br

² Professora Associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa do curso de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, danutaluiz88@gmail.com



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a condição dos negros (as) no Brasil foi banalizada. Nos três períodos mais marcantes da história, os quais consideramos o período colonial, a ditadura militar e a redemocratização, os negros sempre estiveram e tiveram sua imagem relacionada a condição de sub-classe e conseqüentemente tratados como sub-humanos. No período colonial eram considerados como escravos, os quais deveriam diariamente desdobrar-se aos trabalhos que em sua maioria eram manuais, realizados em condições precárias e sem nenhum aparato legal que os garantissem condições mínimas para executar suas funções. Decorrente as más condições de trabalho, a violência que sofriam e as péssimas condições de vida, os escravos aos poucos organizaram-se em grupos, os quais eram chamados de quilombo, para fugirem e livrarem-se da repressão sofrida pelo sistema escravocrata. Contudo as condições nos quilombos continuavam precárias, tendo em vista a falta de estrutura para a produção para a subsistência dos moradores, bem como o constante sentimento de medo que rodeava o local, considerando que poderiam ser resgastados pelos seus senhores.

Com o passar da construção social do país, a abolição da escravatura, a situação principalmente social do negro permaneceu da mesma forma, no entanto eram considerados 'livres'. Diferentemente dos brancos, os negros não tiveram direito a voto, pois não tinham acesso a educação, além do preconceito permanecer velado principalmente pela cor da pele. Passaram a organizar-se, com o objetivo de inserir-se socialmente, em grêmios, clubes e associações, com a meta de alcançar a igualdade jurídica e social do mundo branco.

A ditadura militar estabelecida, as organizações que lutavam e reivindicavam por garantia de direitos para a população negra foram reprimidos e passaram a sofrer censura pelo regime ditatorial. A liberdade de manifestação ficou banida, juntamente com a liberdade de imprensa. A ditadura deu um grande golpe na tentativa dos negros de buscarem a organização em prol da igualdade. Enquanto resistência negra neste período, cita-se o Movimento Negro Unificado – MNU, o qual tinha como objetivo unificar os grupos de luta para obter maior força política. O Movimento Negro Unificado fazia através de seus discursos a denúncia contra o racismo, apesar de toda a opressão do regime militar.

O Movimento Negro Unificado participou do processo de redemocratização, representando os negros no processo de mudança política. O Movimento Negro atuou dentro do campo



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

político, dentro dos partidos, dos sindicatos, das federações religiosas de matriz africana, na tentativa de pressionar os governos a dar ao país legislações que garantissem direitos aos negros e seus descendentes. Nesse momento as manifestações dos negros nas ruas tinha como finalidade iniciar o processo de valorização da história e cultura dos afrodescendentes no Brasil.

O presente trabalho tem como objetivo identificar produções teóricas, especialmente dissertações, referentes as comunidades quilombolas no Brasil e quais as principais temáticas abordadas. A relevância do tema se dá a partir da trajetória dos negros (as) para a formação da sociedade brasileira, o papel que estes executaram para a construção social e econômica de nosso país, teoricamente observa-se o quão foram e são excluídos durante o processo histórico. Refletir sobre a vivência dos negros (as) no Brasil é um trabalho árduo, exige-nos uma compreensão e uma leitura crítica desta realidade complexa que nos coloca inúmeras indagações. Sendo as principais perguntas que englobam o levantamento: quais os principais assuntos abordados nas dissertações? Quais as principais áreas do conhecimento realizam pesquisa referente à temática? Quais as principais categorias teóricas estudadas nas dissertações?

A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória e bibliográfica. De acordo com Gil (2011, p. 27), a pesquisa exploratória é definida enquanto primeira etapa de uma investigação mais ampla. Enquanto complemento para a pesquisa exploratória, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2011, p. 50), é desenvolvida a partir de material já elaborado, e possui como aspecto positivo proporcionar ao pesquisador uma gama de fenômenos ampla.

A partir disso consideram remanescentes de quilombos, de acordo com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, art. 2º:

Consideram-se remanescentes dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL,2003)

2. DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

Afim de identificar dentro da produção teórica já realizada em âmbito acadêmico a relevância da problemática a que se propõe realizou-se pesquisa exploratória nas seguintes fontes: banco de dissertações e teses da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

nível superior – CAPES; Banco de dissertações e teses dos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo eles: ciências sociais aplicadas, educação, geografia, história, jornalismo, estudos da linguagem; Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia – IBICT, Scientific Eletronic Library Online – Scielo. A pesquisa exploratória para identificar as produções teóricas foi delimitada da seguinte forma, primeiramente optou-se pelos sites relevantes no âmbito acadêmico. Em seguida delimitou-se o período temporal de cinco anos, conforme sugerido pela CAPES, para a seleção da produção acadêmica. Para seleção dos trabalhos utilizou-se das categorias política pública, política pública para quilombolas, território e comunidade. Somente no levantamento realizado no banco de dados de dissertações da biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e nos bancos de dados de dissertações e teses dos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa não utilizou-se como critério de levantamento os cinco anos, justifica-se devido o levantamento nesses bancos de dados ter por finalidade a realização de produção teórica científica já realizada nesses programas referente as comunidades quilombolas. Outro aspecto relevante com relação aos programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi que os mesmos foram selecionados de acordo conforme orientação da CAPES na abrangência das áreas em ciências sociais aplicadas e ciências humanas. Ainda como critério de levantamento, nos bancos de dados de dissertações e teses, foram selecionadas somente dissertações, tendo em vista o processo científico pelo qual encontra-se a autora deste trabalho.

A pesquisa exploratória realizada no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, permitiu que fossem identificadas 21 dissertações produzidas no período entre 2012 a 2017. As dissertações foram elaboradas nos estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Sendo as áreas do conhecimento respectivamente: administração; ciência jurídica; comunicação e cultura contemporânea; desenvolvimento socioespacial e regional; direito; direito agrário; direito ambiental e desenvolvimento sustentável; direito, políticas públicas e desenvolvimento regional; planejamento e gestão do território; planejamento urbano e regional; política social; serviço social. Os autores das dissertações abordaram discussões sobre os entraves que as comunidades quilombolas sofrem devido principalmente a falta de regularização e titulação de terras quilombolas. As problematizações das dissertações responderam a perguntas que abrangiam qual o impacto da não regularização das terras quilombolas sobre a permanência do aspecto cultural que essas comunidades apresentam



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

historicamente para o Brasil. As dissertações que apresentaram em suas palavras-chave políticas públicas, tiveram como foco o Programa Brasil Quilombola. Como ponto relevante identificado nas dissertações, destaca-se os capítulos dedicados especificamente sobre a história escravocrata e o papel da formação dos quilombos enquanto resistência ao trabalho escravo, ao preconceito, a luta pelo território e ao processo de imposição de uma cultura política e econômica.

Através do levantamento realizado no banco de dados de dissertações da Universidade Estadual de Ponta Grossa foram identificadas três dissertações nos programas de pós-graduação em Educação, Estudos da Linguagem e Geografia - gestão do território, nos anos de 2012, 2013 e 2014. A dissertação do programa de pós-graduação em Geografia - gestão do território teve como título 'Espacialidades, Interações e Redes Sociais: uma análise a partir da comunidade quilombola de Santa Cruz – Ponta Grossa/PR', sendo a autora Tanize Tomasi Alves. De acordo com a autora, a dissertação procurou analisar as relações interpessoais. As relações foram analisadas pela autora a partir das experiências vivenciadas, identificando os indivíduos e os laços sociais entre eles. Através do processo de pesquisa Alves (2013) conclui que a comunidade é caracterizada como parental, isto quer dizer, todos os indivíduos estão ligados entre si. A dissertação elaborada no programa de pós-graduação em Geografia, delimitou suas discussões apenas no aspecto interpessoal da comunidade quilombola de Santa Cruz, não sendo identificadas discussões referentes as categorias selecionadas. A relevância desta dissertação como referência para o estudo sobre comunidades quilombolas foi a caracterização feita pela autora da Comunidade Quilombola de Santa Cruz do município de Ponta Grossa.

A dissertação do programa de pós-graduação em educação, teve como título 'Sutilezas entre ciência, política e vida prática: alfabetização em comunidade remanescente de quilombo', elaborada por Carlos Ricardo Grokorriski, no ano de 2012. Segundo o autor o trabalho teve como objetivo descrever a relação entre o Programa Paraná Alfabetizado e a comunidade remanescente quilombola Sutil do município de Ponta Grossa. As categorias utilizadas pelo autor para a discussão teórica foram: dialogicidade/conscientização, matriz disciplinar/consciência histórica. De acordo com Grokorriski (2012), as principais contribuições da pesquisa foram: a reflexão sobre a identidade da comunidade, suas relações com a instituição estatal, bem como as possibilidades de projeção do futuro. A principal política pública discutida pelo autor foi a educação, partindo das relações entre o Estado e a comunidade, a partir da análise feita pelo Programa Paraná Alfabetizado.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

O trabalho do programa de pós-graduação em linguagem, identidade e subjetividade tem como título 'A realidade de uma comunidade negra rural de Ponta Grossa/Pr em contexto escolar: identidade negra e racismo', tendo como autora Evelise dos Santos do Nascimento, finalizada no ano de 2014. De acordo com Nascimento (2014), o objetivo principal da pesquisa foi analisar, por meio dos discursos dos professores/as, equipe pedagógica e mães de alunos/as que trabalham/convivem com alunos/as negros/as que moram na comunidade negra rural sutil do município de Ponta Grossa, a partir da análise da lei federal nº 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. A discussão analisou a política pública de educação e a articulação entre os diferentes sujeitos da escola e a comunidade quilombola Sutil.

O Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia – IBICT, proporcionou a identificação de quatro dissertações referente ao tema. As dissertações foram produzidas nos estados de Goiás, Maranhão, Rio Grande do Sul, e São Paulo, concentram-se nas áreas de ciências agrárias, extensão rural, e história. As discussões foram permeadas pelas seguintes abordagens teóricas: o impacto de políticas públicas para a agricultura familiar e sobre o conhecimento de práticas tradicionais dos quilombolas; a investigação sobre como a cidadania configura-se no território, após o reconhecimento legal do Estado às comunidades quilombolas, em especial ao Programa Brasil Quilombola; como a racionalidade burocrática do Programa Aquisição de Alimentos – PAA se relaciona com a comunidade Córrego das Moças; a importância da juventude rural quilombola no processo de luta pela permanência cultural e patrimonial para o reconhecimento dos territórios quilombolas.

A dissertação elaborada no ano de 2013 na Universidade Estadual do Maranhão, com título 'Produção intelectual, movimento social e conflitos: MABE e a luta em defesa da territorialidade', sendo a autora Gyordana P. Pereira da Silva, tem como centro de sua discussão as dificuldades e os entraves que as comunidades quilombolas sofrem para a instalação de uma base local. De acordo com Silva (2013), com a construção da base espacial de Alcântara ocorreu a defasagem do território quilombola local, desta forma a autora discute sobre as lutas em defesa do território. Neste caso a autora reflete sobre o conceito de território, o qual considera como ultrapassando a noção de terra. O debate ainda realizado por Silva (2013), envolve as discussões no Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara - MABE, pelos quilombolas e os pesquisadores sobre as ações que se articulam no sentido de desenvolver ações afirmativas que possibilitem a visibilidades dos conflitos sociais desta região. De acordo com Silva (2013) a categoria território foi



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

desenvolvida em sua dissertação no sentido de como o surgimento do conflito social, sendo ele a construção da base espacial, criando possibilidades para que os quilombolas refletissem sobre estratégias de enfrentamento, resistência, associando a identidade deste grupo ao pertencimento ao seu território, principalmente agregando o fator étnico.

O trabalho com o título 'Quilombos em territorialização: construção de sentidos de morro alto', elaborado por Raquel Novo Azevedo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 2013, aborda a discussão sobre os processos de territorialização e construção de identidade em comunidades quilombolas, a partir do trabalho de campo realizado na comunidade Morro Alto. O aspecto relevante identificado no trabalho foi a abordagem da autora com relação as perspectivas da comunidade com relação a ela mesma, ao estado e a sociedade brasileira. A dissertação aborda a categoria território, de acordo com Azevedo (2013), o território é relacionado a regularização, a um espaço delimitado, produto da apropriação e valorização simbólica da comunidade quilombola. Conforme Azevedo (2013), é possível priorizar, por exemplo, o caráter simbólico de território ao lidar com comunidades tradicionais, mas não se pode deixar de considerar as dimensões políticas, materiais e naturais que constituem.

A dissertação da Universidade de São Paulo, elaborada no ano de 2015, sob o título 'Direito, desenvolvimento e política pública: uma análise jurídica do Programa Brasil Quilombola', de autoria de Allyne Andrade Silva. De acordo com a autora a dissertação tem como objeto de estudo o papel do direito nas políticas públicas para o desenvolvimento, através da análise do Programa Brasil Quilombola. Para a autora as políticas públicas surgem das disputas das forças sociais e de sua efetivação por intermédio das ações governamentais, além disso Silva (2015) considera o papel relevante das políticas públicas no desenvolvimento econômico, transformação política e social. Segundo Silva (2015), a abordagem institucionalista alarga a base de entendimento do direito a aplicação deste na sociedade. Desta forma a autora contribui para o debate no sentido de que as políticas públicas devem ser construídas e pensadas de maneira sustentável e que tenham como fundamento a continuidade de suas ações. No cap. II da dissertação a autora realiza uma análise a partir do período colonial até os desdobramentos atuais em relação as comunidades quilombolas, e em seguida no cap. III faz a análise jurídica do Programa Brasil Quilombola lançado no ano de 2004. A análise feita do Programa Brasil Quilombola foi estritamente jurídica, não foi realizada uma abordagem qualitativa de alguma comunidade quilombola que teve acesso ao programa no sentido de avalia-lo de acordo com as suas demandas sociais. Considera-se a



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

produção desta dissertação relevante devido a produção teórica sobre a temática que ainda caminha para uma discussão mais presente, tanto socialmente quanto no âmbito acadêmico. No entanto a autora abordou durante o processo de construção a política pública enquanto resultado das demandas e disputas das forças sociais, mas não analisou campo empírico que auxiliasse avaliar a efetividade das ações do Programa Brasil Quilombola.

A dissertação com título 'As políticas públicas e o problema da concretização dos direitos quilombolas no Brasil: o exemplo Kalunga', da Universidade Federal de Goiás, de autoria de Cassius Dunck Dalosto elaborada no ano de 2016. De acordo com Dalosto (2016), a partir do reconhecimento do Estado das comunidades quilombolas, por força legal de acordo com o autor, obrigou-se a reconhecer as condições sociais de vulnerabilidade social da população quilombola e oferecer políticas públicas para o atendimento de serviços básicos. O autor trata este reconhecimento pelo Estado das comunidades quilombolas principalmente pelo fato de que historicamente o Estado esteve ausente nessas comunidades e, quando presente, atuava de maneira opressiva. Desta forma considera-se através dessa análise do autor a política pública enquanto compensação, como uma maneira do estado em se redimir por um passado-presente de opressão, exploração, e preconceito. O autor cita o Programa Brasil Quilombola, como estratégia do atendimento das comunidades quilombolas que se encontram em insegurança social. De acordo com Dalosto (2016), a análise do Programa Brasil Quilombola realizou-se a partir do olhar da comunidade quilombola Kalunga, localizada no nordeste de Goiás, considerada a maior comunidade quilombola do Brasil. A discussão do autor desdobrou-se a partir dos eixos previstos no Programa Brasil Quilombola, e como conclusão considerou que alguns fatores se tornaram determinantes para a acesso às políticas públicas para a comunidade quilombola Kalunga, sendo eles: a dificuldade de acesso à comunidade; a precariedade da malha viária da comunidade; poucas ações são efetivas através da análise dos eixos do programa; falta de representatividade comunitária; os representantes da comunidade não são bem vistos; falta de estrutura municipal para a realização do programa; ausência de documentação da comunidade quilombola para participação em eixos específicos do programa. Através da leitura da dissertação notou-se a importância desta avaliação da articulação entre as demandas sociais das comunidades quilombolas e as políticas públicas que realmente essa população tem acesso.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A pesquisa exploratória realizada no Scientific Electronic Library Online – Scielo foram selecionados quatro artigos, os quais foram produzidos no período entre 2013 a 2017. Os artigos trataram sobre a compreensão histórica da organização quilombola, além da discussão sobre políticas afirmativas para quilombolas. As produções científicas pautam-se nas discussões de conceitos, e como os quilombolas através do contexto histórico vivenciado lutavam e lutam pelo seu reconhecimento. Outro aspecto relevante observado nos artigos foi a importância da Constituição Federal de 1988, em seu título X, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art.68, prevê aos remanescentes das comunidades quilombolas o direito a propriedade privada aos territórios já ocupados. Quando desenvolvido a categoria território, este é vinculado a ideia de direito a propriedade privada e a sua relação com a permanência da cultura étnica quilombola.

O primeiro artigo publicado no ano de 2013, com o título ‘A Constituição Federal de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: limites e potencialidades’, sob autoria de Carlos Eduardo Marques e Lílian Gomes, tem como objetivo analisar o conceito de território, enquanto propriedade privada. Os autores traçam a trajetória histórica dos quilombolas, e após tantas lutas o direito previsto através do art. 68º da Constituição Federal de 1988 para o reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas. De acordo com Marques e Gomes (2013), as dificuldades em torno do reconhecimento dos territórios estão relacionadas a concepção de cidadania como instituição política formal.

A produção científica publicada no ano de 2015, com o título ‘A utilização técnica de grupo focal: um estudo com mulheres quilombolas’, de autoria de Lisie Alende Prates et.al..Os autores delinearão sobre a estrutura do quilombo, sendo o número de famílias, serviços que realizam na comunidade, serviços públicos que chegam até a comunidade. A comunidade foi escolhida para a realização da pesquisa pelos seus aspectos intergeracionais, que foram e são levados no decorrer do tempo pelos quilombolas, em relação aos cuidados com a saúde da mulher. Os autores descrevem como foram as primeiras impressões dos pesquisadores e dos sujeitos de pesquisa na primeira reunião e no decorrer do processo. Por meio da leitura considera-se relevante a metodologia de grupo focal, considerando que os sujeitos de pesquisa em todas as reuniões recebiam o feedback das reuniões anteriores, e desta forma passavam a construção da lógica do pensamento. Através do desenvolvimento da pesquisa, os autores identificaram a necessidade de mais ações e atividades que atendam as demandas relacionadas a saúde da mulher; mais atividades em



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

grupo que proporcionem o diálogo e a interação, permitindo a troca de vivências, experiências, aflições e sugestões.

O artigo com o título ‘Territorialidade e cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo’, produzido por Thais Alves Marinho no ano de 2017, tem como objetivo discutir a ressignificação identitária ocorrida na comunidade quilombola do Kalunga. De acordo com a autora, o reconhecimento quilombolas ocorreu somente depois da Constituição Federal de 1988. No percorrer do texto a autora faz uma reflexão sobre as políticas públicas destinadas aos quilombolas, como por exemplo o Programa Brasil Quilombola, o qual tem como foco o desenvolvimento local de maneira sustentável. O artigo centraliza sua discussão sobre o direito ao território e a valorização cultural dos quilombolas do Kalunga. Notou-se através dessa produção científica, e de outras já mencionadas neste trabalho, o destaque para o Programa Brasil Quilombola. Entende-se a relevância deste programa para as comunidades quilombolas e pretende-se refletir sobre sua abrangência, pois é considerado marco histórico no acesso à políticas públicas para os quilombolas. No entanto, as questões norteadoras descritas neste trabalho não têm como foco somente o acesso das comunidades quilombolas do município de Ponta Grossa ao referido programa.

Outra referência relevante encontrada, foi o artigo “Identidades quilombolas: políticas, dispositivos, etnogêneses”, de autoria de Felipe Gibson Cunha e Sebastião Guilherme Albano, produzido no ano de 2017, teve como objetivo compreender a organização histórica dos quilombolas, além de discutir sobre as políticas afirmativas, e a proposta de funcionamento da cultura e do território como mecanismo étnicos-comunicais. O autor trás o texto inicialmente baseado na trajetória histórica dos quilombos, muito tardiamente a Constituição Federal de 1988 com a previsão dos direitos e conseqüentemente de políticas públicas para essas comunidades. Através da leitura identificou-se a limitação na discussão cultural e conceitual dos quilombos, mesmo o autor afirmando a importância da Constituição Federal de 1988 para as comunidades quilombolas o autor limita-se a citar somente os aspectos relacionados ao território enquanto propriedade privada, regularização e titulação das terras quilombolas.

3.CONCLUSÕES

A partir da pesquisa exploratória realizada sobre a temática comunidades tradicionais quilombolas, identificou-se como principais áreas do conhecimento que produzem sobre o



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

tema: administração, ciências sociais, ciências agrárias, comunicação e cultura contemporânea, direito, educação, geografia.

Com a leitura realizada os principais assuntos presentes nas dissertações e nos artigos selecionados, foram: a configuração de territórios quilombolas; impacto de políticas públicas para quilombolas; Lei Federal nº 11.645/08; pesquisas qualitativas locais; políticas afirmativas para quilombolas; Programa Aquisição de Alimentos; Programa Brasil Quilombola; Programa Paraná Alfabetizado; reconhecimento quilombola; e regularização e titulação de terras quilombolas.

As principais categorias trabalhadas pelos autores, foram: consciência histórica; conscientização; cultura; dialogicidade; identidade; políticas públicas; vulnerabilidade social. Percorrendo o longo caminho na história brasileira a cultura negra, em especial neste trabalho, as comunidades tradicionais quilombolas seguem na luta e na resistência para terem direitos efetivados, terras e cultura reconhecidas, e acessar aos serviços públicos. Os trabalhos referenciados no presente artigo, mostram o quão importante é a discussão sobre as comunidades quilombolas, bem como a urgência de que, principalmente o Estado Brasileiro além de as reconhecer, promova projetos e programas que de fato atendam as demandas culturais, sociais e econômicas dessa população. Conforme o Programa Brasil Quilombola, o Brasil possui 2.197 comunidades quilombolas reconhecidas, estimando um número aproximado de 214 mil famílias.

A emergência na discussão, principalmente pelo quadro político vivenciado atualmente no Brasil, do fortalecimento e coesão das comunidades quilombolas, partindo do pressuposto da evolução ocorrida no período entre 2003-2014 com a elaboração e execução de programas, como o Programa Brasil Quilombola, que atendessem as demandas e previssem direitos para a população quilombola correm o risco de serem congelados, ou de forma mais dramática serem extintas. Entende-se que o campo acadêmico poderá, e de fato será, um grande e valioso contribuinte na discussão, no fortalecimento, na resistência e na permanência dessas comunidades em seus locais de origem. Promover a pesquisa relacionada as comunidades tradicionais não é, e não será somente perpetuar a história de um país que se construiu através da exploração natural e dos seres humanos, mas reconhecer a contribuição histórica do povo negro, e sobretudo deixar evidente o preconceito social e racial que conduz as ações estatais neste país.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

REFERÊNCIAS

ALVES, T.T. **Espacialidades, interações e redes sociais: uma análise a partir da comunidade quilombola de Santa Cruz – Ponta Grossa/Pr.** 2013, 207 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

AZEVEDO, R.N. **Quilombos em territorialização: construção de sentidos de Morro Alto.** 2013, 144 f. Dissertação (Mestrado em planejamento urbano e regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos e que trata o art. 68 do Ato das disposições constitucionais transitórias. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 13 mar.2019.

_____. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Programa Brasil Quilombola. Dispõe sobre a consolidação dos marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Disponível em: < <https://www.mdh.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>> Acesso em 31 jan. 2019.

CUNHA, F.G.; ALBANO, S.G. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. **Rev. Latino América**, México, v. 64, n.1, p.153-184, fev.2017.

DALOSTO. C.D. **As políticas públicas e o problema da concretização dos direitos dos quilombolas no Brasil: o exemplo Kalunga.** 2016, 196 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia,2016.

GIL,A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 33-40 p.

GROKORRISKI, C.R. **Sutilezas entre ciência, políticas e vida prática: alfabetização em uma comunidade remanescente quilombola.** 2012, 123 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa,2012.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

MARINHO, T.A. Territorialidade e cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 80, p. 353-370, mai./ago. 2017.

MARQUES, C.E.; GOMES, L. A Constituição Federal de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: limites e potencialidades. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n.81, p. 137-155, fev.2013.

NASCIMENTO, E.S. **A realidade de uma comunidade negra rural de Ponta Grossa/PR em contexto escolar: identidade negra e racismo**. 2014, 151f. Dissertação (Mestrado em linguagem, identidade e subjetividade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

PRATES, L.A. et.al. A utilização da técnica de grupo focal: um estudo com mulheres quilombolas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.31, n.12, p. 2483-2492, dez.2015.

SILVA, G.P.P. **Produção Intelectual, movimento social e conflitos: o MABE e a luta em defesa da territorialidade**. 2013, 89 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento socioespacial e regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2013.